

Educação e Sociedade oitocentistas: sobre positivismo e currículo em uma escola popular

Nineteenth Century Education and Society: about the positivism and the curriculum in the popular school

<https://doi.org/10.34112/2317-0972a2019v37n75p139-164>

ALEXANDRO HENRIQUE PAIXÃO¹

HIAGO VACCARO MALANDRIN²

RESUMO: Nesta pesquisa procuramos compreender a função social do Liceu Literário Português, agremiação portuguesa particular voltada para a instrução das camadas menos abastadas do Império, especialmente da comunidade de emigrantes portugueses situada no Município da Corte do Rio de Janeiro. Tentaremos demonstrar que o sentido de educação incorporado pela instituição oitocentista era composto em íntima relação com as ideias de Povo, Ordem e Progresso. Iremos descrever o sistema de decisão (política) e práticas pedagógicas que implicam no surgimento do Liceu durante a segunda metade do século XIX. Em seguida iremos reconstruir a trajetória histórica de composição curricular do Liceu Português. Por fim, estudaremos os processos de apropriação cultural do positivismo em dois momentos distintos – de organização (1868) e reorganização (1884) interna da instituição – segundo duas personalidades: Raymundo Teixeira Mendes e Reinaldo Carlos Montóro.

PALAVRAS-CHAVE: Liceu Literário Português; currículo escolar; cultura oitocentista.

ABSTRACT: This work aims to comprehend the social function of the Liceu Literário Português, a private Portuguese union which strived for the instruction of the less fortunate people of the Brazilian Empire, especially the Portuguese immigrant community located at

1. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

2. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

the Município da Corte of Rio de Janeiro. We will attempt to demonstrate that an intimate relation between the concepts of People, Order and Progress composed the meaning of education incorporated by the nineteenth century institution. We will describe the decision system (politics) as well as the pedagogic practices that lead to the creation of the Liceu during the second half of the century. Following, our focus will be on the historical path leading to the school curriculum composition in the Liceu. Therefore, we will reconstruct the process of cultural appropriation from positivism in two distinct moments – of organization (1868) and reorganization (1884) in the institution internals – according to two historical figures: Raymundo Teixeira Mendes and Reinaldo Carlos Montóro.

KEYWORDS: Portuguese Literary Liceum; school curriculum; eighteenth-century culture.

INTRODUÇÃO

Existe no Brasil uma célebre assertiva de que a penúria cultural é um traço básico de nossa cultura nacional. A tese de Antonio Candido tem sido repassada por diversos intérpretes do pensamento social brasileiro, da crítica literária e da história cultural. Em outro momento, aprofundamos esse debate através de um estudo que focava uma biblioteca particular localizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1860, visando questionar tais traços culturais demasiadamente precários. Indicamos, também, como nesse mesmo espaço de sociabilidade e leitura uma escola de adultos foi gestada para formar novas classes de leitores (PAIXÃO, 2018, p. 183-200). Essa escola, chamada Liceu Literário Português, criada em 1864, mas em funcionamento somente a partir de 1868, perdurou até os anos de 1964, com longos anos de um intenso processo de aprendizagem e desenvolvimento das camadas baixas da sociedade carioca. Pouco se sabe da história dessa escola, dos seus estudantes e de seu currículo e da forma como contribuíram, se não para ultrapassar nossa chamada penúria cultural, pelo menos para recolocar essa assertiva com base em novas ênfases; afinal, só existiam aqui condições negativas prévias ou essa foi uma maneira de ler a história da cultura nacional? Impulsionado por essa questão, este artigo quer apresentar novas ênfases sobre a educação e a sociedade oitocentistas brasileiras, discutindo como o Liceu Literário Português, através de seu currículo e de uma proposta de formação de estudantes para o mercado de trabalho livre do século XIX, no Rio de Janeiro, incrementou a vida cultural das camadas mais baixas da época. Para isso, será necessário estudar esse currículo, os ideais positivistas que o circundaram e também

as duas personalidades singulares principais envolvidas nesse projeto pedagógico oitocentista: Raymundo Teixeira Mendes e Reinaldo Montóro.

Este artigo, resultado de pesquisas de sociologia histórica e educacional,³ que aqui se inicia, opera a partir de fontes históricas envolvendo documentos biobibliográficos e registros do passado brasileiro. Contamos ainda com os dados encontrados nos jornais de maior circulação durante o Império e nos impressos elaborados pelo Liceu Literário Português, presentes na própria sede da escola, hoje um centro de estudos e cultura do Rio de Janeiro. Além disso, uma bibliografia advinda da sociologia e história cultural será referencial necessário para pensarmos o currículo escolar do século XIX e as questões positivistas que animaram grupos estratégicos, centrados em “personalidades singulares” (SIMMEL, 2006, p. 39-58 e p. 83-118).

Um breve comentário, antes de prosseguirmos: é sempre bom lembrar que o positivismo aqui não foi uma corrente filosófica simplesmente conservadora e atrelada à sociologia, como ocorreu na França. Aqui, homens de letras configuraram um positivismo de caráter escolar e popular, imprimindo ares progressistas através de currículos enciclopedistas que prestigiaram mais as artes e letras e as ciências naturais e do espírito, do que as ciências sociais, nas aulas de adultos. Como dizia Machado de Assis, era uma aula de Atenas num arrabalde de Cartago (MACHADO DE ASSIS *apud* PAIXÃO, 2017a, p. 235).

1. O LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS E OS PROCESSOS DE DECISÃO EDUCACIONAL

O Liceu Literário Português, em 1868, inaugura-se a partir dos movimentos de cisão do Retiro Literário Português e do apoio da diretoria do Gabinete Português de Leitura eleita em 1864, essa última interessada em voltar esforços à fundação de uma instituição de ensino que formasse os membros da comunidade portuguesa emigrante enquanto leitores.

3. Cf. Alexandro Henrique Paixão. “O público como um fenômeno eminentemente sociológico: problemas relativos à educação, literatura e estratificação social no tempo do romantismo” (Aux. Pesq. - Proc. Fapesp n. 2014/12370-0) e Hiago Vaccaro Malandrin. “A construção curricular do Liceu Literário Português no Segundo Reinado no Brasil” (IC - Proc. Fapesp n. 2016/00923-0) e “Liceu Literário Português: a apropriação do Positivismo na construção curricular da instituição (1868-1888) (IC - Proc. CNPq/PIBIC/UNICAMP. Cota 2017). Agradecemos à FAPESP e ao CNPQ/PIBIC o financiamento das respectivas pesquisas.

Referente ao processo de decisão educacional do Império, esse se apresentava sob um cenário em que tínhamos uma situação oficial e uma não-oficial. A situação oficial – tal qual a compreendemos – era caracterizada pelas reformas políticas organizadas pelo Estado e consta nos registros e nas fontes oficiais do Império. Por outro lado, a situação não-oficial correspondia a uma dinâmica protagonizada por determinados grupos estratégicos da sociedade imperial que se encontravam preocupados em organizar o ensino particular a fim de alcançar os indivíduos que o ensino público não era capaz de atender. Quando voltamos para os mecanismos de decisão oficial, encontramos registradas propostas voltadas à homogeneização da situação educacional do Rio de Janeiro. Essas eram expressas por meio da implementação de políticas de inspeção, fiscalização e de obrigatoriedade e controle da frequência escolar. Entretanto, em tais registros pouco se discute as questões referentes aos problemas do analfabetismo na base da sociedade imperial e da formação escolar limitada. Desse modo, tais questões são abraçadas pelos grupos estratégicos pertencentes à dinâmica não-oficial do sistema de decisão do Império. Essas tornam-se argumento de ação da comunidade particular de emigrantes portugueses situados no Município da Corte, que, portanto, decidem fundar e manter estabelecimentos filantrópicos de ensino para o “povo”.⁴

O currículo encontrado nos estabelecimentos privados era similar ao visto em estabelecimentos públicos graças à política de inspeção e subvenção presentes desde o Decreto de 1854. A assimilação de valores de ordem da dinâmica oficial do Império pela não-oficial corresponde aos primeiros anos de atuação do Liceu Literário Português como uma instituição de ensino entre as décadas de 1860 e 1870. O estabelecimento escolar aqui em foco foi criado com a finalidade de ofertar aulas noturnas gratuitas a jovens portugueses e à população adulta local, partindo da premissa de tentar amenizar o problema do analfabetismo na capital do Império, sendo esse um problema debatido corriqueiramente na comunidade portuguesa (PAIXÃO, 2017b, p. 65-94).

Ainda na década de 1870, a latente preocupação em fornecer educação para uma parte da população implica no crescimento da oferta do ensino profissional por parte de frações sociais do Rio de Janeiro oitocentista. Novamente, destaca-se a dinâmica não-oficial do sistema de decisão do Império, focada em criar cursos de

4. O debate sobre a instrução popular, ou para o povo, no Segundo Reinado, evidenciando o papel do Liceu Literário Português e a discussão sobre comunidades e associações portuguesas, em sentido sociológico, é pautado em pesquisas de um dos autores (ver PAIXÃO, 2017a).

caráter profissionalizante, fornecendo suporte à parcela da população que não iria prosseguir para o ensino superior após concluir o secundário. A partir da década de 1880, os ideais de instrução e assistencialismo presentes na iniciativa privada se encontravam firmados na dinâmica não-oficial do Império, resultando na existência de instituições autônomas de renome, apresentando uma organização escolar eficiente para as atividades de alfabetização, de ensino secundário e de formação profissional.

A ideia de um ensino com caráter orientado ao progresso e modelado pela ordem transpassa a educação pública e é interiorizada no ensino privado, tentativa de fornecer um ensino mais condizente com as demandas socioeconômicas do país durante a segunda metade do século XIX. Em outras palavras, a dinâmica não-oficial de decisão na província do Rio de Janeiro promove alternativas de ensino à parcela da população que não era atendida pelo ensino público, fornecendo ensino de nível profissionalizante e atendendo de forma igualmente gratuita adultos analfabetos.

O Liceu surgia assim com a finalidade de atender às premissas recorrentes da diretoria do Gabinete, oferecendo o ensino da língua vernácula, depois ensino secundário e formação profissional, acolhendo jovens e adultos e formando, durante seus primeiros vinte anos de existência, entre as décadas de 1860 e 1880, mais de cinco mil estudantes, incluindo portugueses – sempre em maior número –, brasileiros e outras nacionalidades (PAIXÃO, 2017a, p. 219). A partir de 1881, os ideais de instrução e caridade que brotaram na diretoria do Gabinete são assimilados definitivamente pelo Liceu. Entretanto, após o Liceu deixar a posição de um “ramo do Gabinete”, transformou-se em uma instituição autônoma, sob a forma de uma organização escolar, relacionada a ações orientadas para fins de alfabetização e serviço. A marca dessa transição está inscrita na mudança do binômio “instrução e caridade” para “educação e trabalho” nos registros do Liceu, conforme sintetizou Paixão (2017a, p. 234).

2. A CONSTRUÇÃO CURRICULAR DO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

Uma vez reestruturados o contexto cultural de organização do Liceu Literário Português e os panoramas de decisão do Império que circundaram a instituição, iremos discorrer propriamente sobre a construção curricular do Liceu. Para introduzir a discussão acerca do currículo, elaboramos um compilado das principais notícias que tratam sobre disciplinas, matrículas, aulas e cursos oferecidos, entre os anos de 1869 e 1888. Em posse dos dados encontrados sobre a composição curricular do

Liceu Literário, procuramos agrupá-los em três períodos, sendo eles: o ano de 1869, de 1870 a 1879 e de 1880 a 1888. A escolha desses períodos está pautada na própria evolução da instituição, que passou a atuar na educação do Município da Corte no fim da década de 1860 até 1880, quando o Império declina, fugindo ao nosso recorte os anos subsequentes.

2.1. PRIMEIRO PERÍODO: 1869

No ano de 1869, temos notícia, além do ensino primário, da oferta de aulas de português, taquigrafia e comércio, além das aulas de línguas de francês e inglês. No ensino primário, temos o ensino da língua vernácula. Quanto ao conjunto de aulas do secundário, é visível a preocupação em fornecer conteúdos que faziam sentido no contexto em que o Liceu Português está inserido – referimo-nos ao momento em que a instituição atuou sob o binômio “Instrução e Caridade”. Desse modo, o ensino passou a ser dirigido pelo estudo da leitura corrente, da recitação de prosa e verso e da gramática elementar. A tal estudo é acrescido o ensino da taquigrafia, que, de forma simples, define o método abreviado da escrita, tendo como objetivo melhorar sua velocidade, e do comércio, que estabelece uma relação com a “classe caixeiral” do Município da Corte atendida pelo Liceu. O ensino de línguas estrangeiras se encontrava bem desenvolvido, sendo que o estudo do francês era o mais difundido por todo Império, ocupando o posto de língua de destaque nas escolas públicas e particulares, uma vez que havia o assentimento de que essa era a “língua mais exata dos povos civilizados” (ALMEIDA, 2000, p. 162), e por essa razão foi escolhida como “língua diplomática” (ALMEIDA, 2000, p. 162). A forma de ensino de línguas consistia na relação entre o saber do professor e o dos alunos; o mestre se utilizava da história da língua para a introduzir e explicar as regras gramaticais, remontando à história da língua – de seu uso atual até o momento de seu nascimento – e ao estudo da gramática, da leitura, da retórica e da tradução de autores clássicos (ALMEIDA, 2000, p. 164).

Percebe-se assim um conjunto de cursos que procuram corresponder à opção de atuação visada pela diretoria de 1864, de modo a atender à formação de uma comunidade portuguesa letrada com conhecimentos úteis ao seu cotidiano na sociedade brasileira, principalmente pelo seu uso no comércio imperial.

2.2. SEGUNDO PERÍODO: DE 1870 A 1879

Durante a década de 1870, encontramos um acréscimo significativo do número de cursos ofertados pelo Liceu Literário Português, incorporando ao programa de estudos da instituição uma chave de base científica e matemática, além da ênfase crescente nas disciplinas relacionadas à escrita e ao comércio. Os primeiros registros das aulas de caligrafia compreendiam o ensino de regras de posição e igualdade da língua vernácula nas aulas de português; ocorre também o primeiro uso da nomenclatura *Gramática Portuguesa* para descrever o conteúdo aprofundado dessa aula, tratando do estudo da etimologia, da sintaxe, da prosódia e da ortografia (NASCIMENTO E SILVA, 1888, p.12-13). A aula de escrituração mercantil fazia relação ao ensino de um sistema de contabilidade para registro e controle, sendo feito na moeda e língua correntes do período da aula – havendo aqui a importância das aulas prévias de caligrafia para se ter um “registro escrito claro e limpo” (MOACYR, 1936, p. 269).

O movimento dos impressos de Lisboa para o Brasil, caracterizando um processo de “transferência cultural”, situa os membros fundadores do Liceu Português como intermediários entre a circulação dos livros e a comunidade portuguesa durante o segundo reinado. O Gabinete Português foi também responsável pela organização de uma das maiores bibliotecas privadas do Rio de Janeiro, destacando-se pelo acervo literário bastante expressivo para sua época, sendo um fenômeno de “circulação transatlântica dos impressos”.⁵ Encontram-se também, ainda na década de 1870, os primeiros impressos voltados ao ensino e ao estudo da língua portuguesa, como o início do conjunto de livros de leitura para o ensino primário, de Abílio César Borges – voltaremos ao ponto.

Esse período coincide, portanto, com o início da oferta de aulas noturnas e gratuitas por parte do Liceu Literário Português, atendendo a comunidade portuguesa iletrada não assistida pela política imperial. Dessa forma, o Liceu buscava atender a necessidade de formar a comunidade predominantemente portuguesa na instrução primária, ainda que tal formação se desse por meio do “consumo” da literatura portuguesa, como previsto no estatuto de 1868 da instituição, com o compromisso de tentar amenizar o problema do analfabetismo na capital do

5. Conferir as sínteses de Alexandro Paixão (2017) acerca da circulação de impressos envolvendo o Gabinete Português de Leitura.

Império e, simultaneamente, promover as sessões literárias semanais para os membros associados.⁶

O livro *Leituras populares, instructivas e moraes colligidas para as escolas*, elaborado em 1871 por Pedro Wenceslau Brito Aranha, circulou no Liceu em 1873. Escrito em Lisboa, o livro traz em dourado as iniciais do Imperador Dom Pedro II em sua capa, bem como apresenta na primeira página impressa uma calorosa dedicatória ao mesmo. Embora o livro seja composto por mais de 50 lições, interessa-nos a princípio o prefácio escrito por Brito Aranha, no qual temos notícia da pretensão do autor em organizar um livro que não apenas exaltasse o país, mas que também servisse de modelo para transmitir as características do Imperador Dom Pedro II à nação brasileira em processo de construção de identidade enquanto “povo brasileiro”. O pretexto para isso se pauta no sentimento de patriotismo oriundo da guerra do Paraguai, reconhecendo este como um momento oportuno para incutir na sociedade imperial os valores portugueses sob a imagem do Imperador vigente, tendo como mecanismo de transmissão a educação, como lemos a seguir:

Amo o estudo, e tenho enraizada a convicção de que não ha prosperidade, nem progresso, nem engrandecimentos possiveis em nenhum povo, sem que esse povo conheça e avalie os beneficios da instrucção [...] A escôla é um padrão e um exemplo - padrão, porque commemora uma grande virtude civica; exemplo, porque estimula a familia e a criança [...] Quantos testemunhos de gratidão em cada mestre que comprehenda o seu nobre ministerio e em cada pae que comprehenda o dever de chefe de familias! [...] quantos homens encaminhados para o bem! quantas familias trazidas para a emancipação! quanto povo guiado para a felicidade (ARANHA, 1871, s/p.).

Brito Aranha não só faz um tributo à escola, como se ela pudesse nos elevar a outro *pathos social*, como situa-se a favor da educação para o “povo”, o qual é representado pelos pais que cumprem o papel de chefes de família e pelos homens que, pela instrução, serão encaminhados para o bem, de modo que o povo que terá acesso ao conteúdo contido no livro, segundo a interpretação do autor, será limitada a uma parcela da sociedade. Esta seria composta de homens adultos e trabalhadores, a mesma atendida pelo Liceu Literário Português desde sua fundação até o

6. A categoria do consumo é usada quando não temos testemunho literário, ou seja, quando não conseguimos medir as práticas de leitura, apenas o consumo (compra) de obras literárias e sua circulação, como sugere Alexandro Paixão (2016).

fim do Império. Sabendo que os textos presentes no livro descrevem momentos do cotidiano de uma criança portuguesa – segundo uma perspectiva europeia e, portanto, não próxima da realidade brasileira, uma vez que o livro foi distribuído a adultos das aulas noturnas de instrução primária do Liceu –, têm-se assim a construção e transmissão de valores e sentimentos que atuam de modo a compor um contorno para a comunidade iletrada em processo de receber a instrução elementar para caminhar em direção ao progresso e à prosperidade humanos. Neste excerto, extraído do prefácio, podemos ler que “A escola é um padrão e um exemplo - padrão, porque comemora uma grande virtude cívica; exemplo, porque estimula a família e a criança” (ARANHA, 1871, s/p.), o que implica na definição efetiva da escola como um instrumento de transmissão e seleção de valores, nesse caso, por meio de textos escritos sob a norma culta do português, distantes da forma técnica ou excessivamente formal, podendo ser lidos e compreendidos pelos adultos que, enquanto aprendiam as primeiras letras, também se encontravam em processo de uma construção sociocultural. Destaca-se assim a importância da tradição portuguesa que adentra a capital do Rio de Janeiro por meio do material de instrução elementar, muitas vezes de caráter moral, que atua como suporte para a construção de uma cultura portuguesa em território brasileiro.

O recorte evidencia o ensino como uma via de “transferência cultural”, tendo o Liceu Português o objetivo de formar o indivíduo não apenas na instrução elementar, mas também de incorporar aos seus espíritos o legado da tradição portuguesa no contexto do Império brasileiro. Portanto, a partir do prefácio de Pedro Aranha, situamos o Liceu Português como o precursor de uma cultura popular para a comunidade portuguesa carente de instrução em território brasileiro. Os princípios de instrução elementar e caridade do Liceu Literário, oriundos da relação com o Gabinete Português, durante a década de 1870, materializam-se em um aumento significativo do número de aulas ofertadas pela instituição, sobretudo no atendimento da instrução primária, focada no ensino da língua vernácula (*Edição comemorativa da inauguração do novo edifício... 1884, s/p.*). Esse fato se exemplifica pela presença da preocupação em preservar a memória portuguesa em território brasileiro por meio da manutenção da comunidade atendida pelo Liceu. O alinhamento de uma tradição portuguesa contida em impressos com uma proposta de educação elementar se mostra eficiente ao organizar um currículo em harmonia com tal tradição, visando uma educação primária e moral de qualidade. Tal proposta era condizente com os ideais de instrução e caridade, e seu objetivo principal seria o de formar os

sujeitos para atuar em sociedade, segundo os valores selecionados e mantidos por meio dos impressos utilizados.

2.3. TERCEIRO PERÍODO: DE 1880 A 1884

O período que corresponde à década de 1880 é o mais rico quanto aos dados acerca do currículo do Liceu, compreendendo o contexto em que a instituição adquiriu um novo edifício na rua da Saúde, nº 1 a 3, em 1884. Entre os anos de 1880 e 1883 não há notícia sobre a incorporação ou ampliação dos cursos ofertados, porém, no dia 29 de março de 1884, o jornal *Gazeta de Notícias* traz notícia do convite para o comparecimento dos professores do Liceu – aqueles que não comparecessem seriam considerados desistentes de seus lugares – no dia 30 de março de 1884, para que fossem debatidos e fixados métodos, horários e assuntos concernentes ao programa de estudos aprovado e que entraria em vigência no mesmo ano (*Gazeta de Notícias*, 29 de março de 1884 – nº 089).

No mês seguinte, o jornal *Gazeta da Tarde* apresenta a notícia das aulas franqueadas ao público do Liceu, expondo um currículo estruturado e com uma divisão visível entre o ensino primário e o secundário. Antes de apresentar o programa decorrente desse novo currículo organizado, gostaríamos de evidenciar o movimento feito pelo Liceu Literário Português, pois o programa apresentado em abril de 1884 naturalmente foi uma consequência do debate ocorrido em março desse mesmo ano, que tinha como objetivo não simplesmente reorganizar o programa de disciplinas, mas ampliá-lo e torná-lo funcional para ser colocado em prática no novo edifício da instituição, a ser inaugurado em 11 de junho de 1884.⁷ O plano de estudos de 1884, utilizado no novo edifício do Liceu, apresentava a seguinte forma:

PLANO DE ESTUDOS

A língua vernácula constitue a primeira parte do programma e divide-se em 4 secções, subdivididas em 10 classes. As aulas obrigatórias de portuguez são diárias, durando cada lição duas horas, sujeita cada secção ao programma que se segue:

7. Construimos esse apontamento pautados no argumento de que o prédio na rua da Saúde, nº 1 e 3, foi comprado em 21 de julho de 1883, mas inaugurado oficialmente apenas um ano depois. Meio século de trabalho e devoção... op. cit. p.10

1ª Secção

Leitura- Abcdario e syllabario.

Escrepta – Traços calligraphicos, letras maiúsculas e minúsculas, syllabas.

Contabilidade – Algarismos, numerações, falada e escrepta, taboada das quatro operações, fundamentaes dos números inteiros.

Preleção – Deveres do alumno para com os seus professores e condiscípulos, seu procedimento nas aulas, exemplos sobre a utilidade do estudo.

2ª Secção

Leitura – Desde a reunião das syllabas até a leitura corrente, tanto da letra d’imprensa como da calligraphica, valor pratico da pontuação.

Escrepta – Palavras.

Contabilidade – As quatro operações fundamentais dos números inteiros e suas aplicações

Preleção – Deveres para com a família, patria e consigo mesmo.

3ª Secção

Leitura – Prosa e verso com a respectiva pontuação.

Escrepta – Orações

Contabilidade – As quatro operações fundamentais sobre fracções ordinarias e decimaes, preliminares sobre sytema métrico decimal, proporções.

Grammatica – Analyse etymologica.

Corographia – Do Brasil e de Portugal.

Preleção – Deveres do homem para com os seus semelhantes (superiores, iguaes e inferiores).

4ª Secção

Leitura – Trechos em prosa e verso de livros clássicos com sua respectiva synonymia e analyse de sentido.

Escrepta – Dictados e descrições sobre diversos assumptos.

Contabilidade – Complexos, regras de três, de juros, de descontos, de companhia.

Grammatica – Analyse logica.

Historia – De Portugal e do Brasil.

Preleção – Deveres para com a sociedade em geral.

As disciplinas que formam os grãos secundário e superior do curso do Lycêo estão organizadas da seguinte maneira:

Linguas – franceza; inglesa; allemã; italiana (três vezes por semana).

Mathematicas – arithmetica, álgebra; geometria; trigonometria (diárias).

Sciencias physicas e naturaes – astronomia, cosmografia; physica; metereologia; chimica (duas vezes por semana).

Sciencias Moraes – historia; geografia (duas vezes por semana).

Artes – Calligraphia; desenho linear e geométrico; desenho de ornato e figura (diárias).

Esripturação mercantil; tachigraphia; nautica (duas vezes por semana).

(*Edição comemorativa da inauguração do novo edificio...*, 1884, s/p.)

O novo edificio não apresentava apenas um novo programa de estudos, mas possuía uma organização física das salas que era condizente com as aulas que seriam ministradas. O estudo de português, organizado em quatro seções, era disposto em quatro salas.⁸ Em todas estas, a mobília foi produzida segundo preceitos pedagógicos para que fosse apropriada às diferentes idades. Eram compostas por utensílios e material próprio para o ensino intuitivo, tais como: contadores mecânicos, leitores, dons de Froebel, reproduções em miniatura de animais - tudo conforme pedagogos franceses, alemães e ingleses do século XIX julgavam útil para auxiliar o professor em seu ofício (*Edição comemorativa da inauguração do novo edificio...*, 1884, p. 102).

O ensino primário, analogamente chamado de Português, era organizado em quatro seções – como é evidente no programa apresentado – e demonstra uma forte articulação entre leitura e escrita, sendo estas as únicas subáreas que se mantêm durante as quatro seções, acompanhadas do ensino de contabilidade. A respeito do material utilizado nas aulas de ensino primário, encontra-se o livro *Grammatica portuguesa elementar*, que, embora tenha sido publicado em 1888, foi desenvolvido ao longo dos anos em que Alfredo do Nascimento e Silva lecionou no Liceu; o livro *Primeiro livro de leitura*, de Abilio Cesar Borges, que foi publicado antes da década de 1880, é associado ao Liceu apenas nessa década, pois é quando ocorre o curso com “Aparelho Escolar Múltiplo” na instituição, e portanto é feita aproximação do primeiro livro dessa coleção ao ensino primário do Liceu.

8. Devido afluência de estudantes, o número de salas foi ampliado até atingir o equivalente a dez salas, tendo sido necessário mover o ensino de português para uma casa anexa ao Liceu. (*Edição comemorativa da inauguração do novo edificio...* 1884, p. 101)

Na primeira seção, encontram-se as aulas de leitura voltadas ao ensino das primeiras letras, através do abecedário e do silabário, paralelo ao ensino dos traços caligráficos e da diferenciação entre letras maiúsculas e minúsculas; para além disso, as primeiras aulas de preleção partiam de valores morais e da formação de uma relação entre professor e aluno.

A segunda seção mantém as mesmas aulas da primeira seção, ampliando os conhecimentos envolvidos. Nas aulas de leitura tem-se o avanço do aluno até o uso da pontuação, da reunião de sílabas e da leitura corrente, enquanto as aulas de escrita introduzem as palavras completas aos alunos. As aulas de preleção são expandidas para além da relação professor-aluno, ensinando aos alunos os deveres para com a família, a pátria e consigo mesmos. Dessa forma, percebemos a influência do discurso educacional que foi gestado no Império desde as primeiras reformas educacionais realizadas, embora esse assunto fuja ao nosso recorte.⁹

A terceira seção do ensino primário inclui as disciplinas de gramática e corografia. As aulas de leitura priorizam a leitura corrente de prosa e verso e as aulas de escritas passam a lecionar a produção de orações, possivelmente compostas por sujeito, verbo e predicado. As aulas de preleções focam nas relações dos alunos com a sociedade hierarquizada, tratando dos deveres do indivíduo para com os seus semelhantes – superiores, iguais ou inferiores. A aula de gramática, preocupada com análise etimológica (NASCIMENTO E SILVA, 1888, p. 12), ensina a conhecer a origem e proveniência das palavras.

A quarta e última seção do ensino primário substitui a aula de corografia do Brasil e de Portugal por história de Portugal e do Brasil. Referente às aulas de leitura, encontramos o foco na compreensão da prosa e verso de clássicos, discutindo sinonímia e análise de sentido das obras. Nas aulas de escrita eram aplicados ditados e descrições como objetos de referência para as produções textuais. As aulas de preleção, já tendo tratado do indivíduo nas relações dentro da escola, em seu meio pessoal e em seu meio de interação social, trata dos deveres para com a sociedade em geral. Por fim, as aulas de gramática desenvolvem a análise lógica, compreendendo o estudo do conjunto de prescrições e regras que determinam o uso considerado correto da língua portuguesa escrita e falada. Acerca da gramática e suas quatro partes constituintes, o aparelho de Nascimento e Silva nos apresenta:

9. Conferir a Monografia de Hiago Vaccaro Malandrin (2018).

12. – Grammatica é a arte que ensina a falar e escrever com acerto uma língua.
 13. – Divide-se em quatro partes: - Etymologia, Syntaxe, Prosodia e Orthographia.
 14. – A Etymologia, ou lexicologia, ensina a conhecer a natureza e propriedades das palavras, assim como sua origem e proveniência.
 15. – A Syntaxe ensina a reunir as palavras em phrases ou orações, estabelecendo as regras da regencia, da concordância e construção dessas orações.
 16. – A Prosodia, ou Orthophonia, ensina, a pronunciar bem as palavras, indicando o valor dos sons.
 17. – A Orthographia ensina a escrever com acerto, ou conforme a pronuncia exacta da palavra, ou conforme a sua etymologia.
- Taes são as quatro partes que temos de successivamente passar em revista, começando, porém, por algumas noções de Prosodia, e por um estudo rápido da base sobre que assenta toda a grammatica: – a palavra (NASCIMENTO E SILVA, 1888, n.p).

O ensino secundário era organizado em cinco grandes áreas: línguas, matemáticas, ciências físicas e naturais, ciências morais e artes. Observa-se assim, de imediato, que a aula de línguas na década de 1880 incorpora o ensino da língua alemã e italiana, além das línguas francesa e inglesa já ofertadas. A área de artes incorporava o estudo de caligrafia, desenho linear e geométrico, desenho de ornato e figura, escrituração mercantil, taquigrafia e náutica. As aulas de caligrafia se mantêm como as da década anterior, compreendendo o ensino de regras de posição e igualdade da escrita da língua portuguesa, enquanto as aulas de taquigrafia definiam o método abreviado de escrita, colaborando com o ritmo da escrita. Ambas as aulas atuavam como suporte para a aula de escrituração mercantil, que incorporava conceitos de contabilidade para o ensino de um sistema de registro e controle de dados (MOACYR, 1936, p. 269).

Entretanto, ainda referente à década de 1880 e ao livro *Gramática portuguesa elementar*, observamos que esse período corresponde ao início dos impressos voltados ao Liceu Literário Português, o que nos permite inferir que, ao se elaborarem livros próprios para o estabelecimento, esses passam a incorporar não apenas os valores presentes em terras portuguesas, mas também os valores presentes em território brasileiro (NASCIMENTO E SILVA, 1888, p. 09-11).

Baseados na consulta feita no impresso *Grammatica portuguesa elementar*, podemos inferir que os cursos de Leitura e Escrita apresentam duas facetas de um mesmo fenômeno cognitivo: o funcionamento da linguagem. A introdução do texto propõe

que toda manifestação da inteligência e do pensamento é apresentada na forma de sinais, que constituiriam a linguagem. O conjunto de sinais com que se manifesta o pensamento se divide entre as linguagens fonética, escrita e gesticulada. Dentro desse contexto, a palavra – ou leitura – é a forma como os indivíduos enunciam seus pensamentos, e a escrita é o sistema que, por meio de letras combinadas, representa os sons da linguagem. Seria por meio da aquisição desses conhecimentos prévios que se chega ao estudo da gramática, que ensina a falar e escrever segundo as regras da língua (NASCIMENTO E SILVA, 1888, p. 09-11). Vemos, assim, com a introdução de uma gramática própria do Liceu, uma nova dinâmica nos processos de transmissão de cultura, em que os adultos frequentadores das aulas de Leitura e Escrita passam a adquirir formas de elaborar e organizar o próprio pensamento, ainda que embasados em uma gramática produzida sob os valores que a instituição visava manter.

Sendo de grande interesse theorico, mas de mediocre vantagem na vida pratica, a solução dessas questões com que os investigadores procurarão conhecer a origem da lingua, as diversas transformações por que tem passados seus termos, etc., apenas por alto tocámos em semelhante assumpto que convém seja estudado, mas quando tivermos conhecimento perfeito das regras da grammatica, da composição das orações, da analyse em geral. (NASCIMENTO E SILVA, 1888, p. 12-13).

O professor do Liceu, Alfredo Nascimento e Silva, apresenta-nos, no prefácio de seu livro, uma nova preocupação da instituição, derivada da mudança no binômio de atuação, isto é, da assistência ou caridade para o trabalho. Sendo um livro de gramática portuguesa elaborado propriamente para o Liceu Português, é evidenciada, ainda que de forma sutil, uma maior atenção para com a aplicação dos estudos na vida social, reconhecendo a função da instituição na década de 1880 de formar para o trabalho. A preocupação em elaborar um impresso específico para o ensino da língua portuguesa no Liceu remete ao uso da linguagem como mecanismo de manutenção cultural de um grupo, através da qual são valoradas ações que produzem sentido na comunidade trabalhadora – em processo de formação e frequentadora da instituição. O ensino da língua, partindo dos impressos, atua como suporte para a seleção daquilo que será tomado como marcante para essa comunidade, de forma que o selecionado e lecionado durante o processo de instrução dos sujeitos dentro do Liceu Português será aquilo que se manterá quando esses regressarem à sociedade na situação de homens “formados”.

Temos assim a premissa da instrução e do trabalho como dois pilares que o Liceu Literário Português pretendia construir durante sua organização enquanto estabelecimento de ensino; do mesmo modo, podemos aventar, a escola positivista almejava tais valores para os menos favorecidos, afinal, adquirir conhecimento escolar e poder aplicá-lo era fundamental para se alcançar a ordem e o progresso necessários.

Partindo dessas ponderações, pretendemos, para finalizar, explorar as relações entre o Liceu e o positivismo com o intuito de aquilatar a explicação do binômio instrução e trabalho como princípio de um programa político-pedagógico em elaboração no Liceu.

3. O POSITIVISMO NO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

Para pensarmos esse programa é preciso compreender, primeiro, como se deu a apropriação do positivismo no Liceu Português. Faz-se necessário introduzir os indícios conhecidos da presença da doutrina na trajetória da instituição. Para isso, apresentemos o primeiro registro oficial do positivismo nos arquivos do Liceu:

Ao assumir a chefia dessa casa, v. ex. encontrou, é certo, muita coisa já feita; mas sentiu que muito havia ainda que fazer para que a projeção do Liceu, no cenário nacional, tomasse proporções maiores, pondo em prática os ensinamentos de Teixeira Mendes, que diz, em uma de suas famosas páginas: “todos sentem, por um lado, que é imprescindível manter as bases da sociedade; mas, todos percebem que as instituições humanas são suscetíveis de aperfeiçoamento (Meio século de trabalho e devoção pelo Brasil – Relato de 4-6-1941, s/a., p. 24).

O trecho apresenta o relato do comendador José Rainho da Silva Carneiro, presidente do Liceu durante a publicação do encarte. O comentário expressa como as ações das diretorias anteriores estavam alinhadas à perspectiva de Teixeira Mendes, apresentando-o como modelo doutrinador para o Liceu Português. Ao remontarmos aos registros das sessões abertas e dos cursos públicos ofertados pelo Liceu, divulgados nos jornais da província do Rio de Janeiro, encontramos a comunicação de debates centrados no progresso da sociedade brasileira e em questões de ordem (*Edição comemorativa da inauguração...*, 1884, p. 32).

Destacamos, primeiramente, o ano de 1872, com a transcrição da conferência de Reinaldo Montóro exposta no Liceu em 1871, publicizada pelo jornal *Diário de*

São Paulo – a referida conferência, antes de sua transcrição pelo jornal, consta em uma transcrição prévia presente nas atas da diretoria do Liceu em 1871. Embora a menção a um jornal que circulou na província de São Paulo possa parecer descontextualizada, ela é fundamental, pois nos apresenta o nome de Reinaldo Carlos Montóro, sendo esse um membro significativo do Gabinete Português de Leitura (PAIXÃO, 2017b, p. 124), presente como secretário na diretoria de 1864 que viria a idealizar o Liceu, apoiando a criação de uma instituição voltada a atender a comunidade portuguesa emigrante. Em seguida, vale mencionar o ano de 1882, quando o nome de Teixeira Mendes aparece associado ao Liceu Literário Português como o do responsável por ministrar o curso público *Exposição Elementar do Positivismo*.

Resta-nos abordar a relação de Teixeira Mendes com a situação educacional da sociedade oitocentista, tendo em vista a circulação dos escritos desse autor que se fizeram presentes nos jornais de maior circulação na província do Rio de Janeiro. Para o desenvolvimento desse debate, utilizaremos, primeiramente, os dados referenciados a Teixeira Mendes nos jornais de grande circulação do segundo reinado. Desse modo, preocupamo-nos em localizar especificamente os momentos em que ele se encarregou de ministrar cursos e aulas nas instituições de ensino da província do Rio de Janeiro. Apresentamos a seguir os dados encontrados nos jornais cariocas *A Patria* e *Gazeta de Noticias*, entre os anos de 1881 e 1882:

Iniciou o ilustrado Sr. Teixeira Mendes na Escola Polytechnica, ante-hontem, o seu curso de mathematicas, segundo a synthese subjetiva, perante numeroso auditorio. O curso durará dous annos e terá lugar ás terças e sextas feiras, começando pela aritmética ascendendo á astronomia (*Patria* – Folha da Provincia do Rio de Janeiro, de ano 1882 – nº 020).

O sr. Teixeira Mendes começa hoje domingo, ao meio dia, o seu curso de exposição elementar do Positivismo, no salão do Lyceu Litterario Portuguez (rua da Carioca n. 41), generosamente cedido para esse fim (*Gazeta de Noticias*, 02 de abril de 1882 – nº 091).

Os recortes trazem notícia da presença de Teixeira Mendes na Escola Politécnica e no Liceu Literário Português, demonstrado o envolvimento prático dele com a instrução do Império em estabelecimentos públicos e particulares. Os registros auxiliam na construção da imagem de um homem que, para além da motivação em

debater a questão do ensino em âmbito público, também participava, ativamente, de outros estabelecimentos de ensino no Município da Corte.

Embora o objeto de pesquisa seja o Liceu Literário, gostaríamos de atentar primeiro à questão da Escola Politécnica para ilustrar o ponto discutido e destacar que o positivismo aqui não segue de mãos dadas com as ciências sociais, como a sociologia, mas é gestado pelas ciências matemáticas e da natureza.

A Escola Politécnica se destaca como um estabelecimento de ensino e formação dos principais bacharéis da província do Rio de Janeiro que se tornam professores no Município da Corte. Quando se pensa na dinâmica do ensino durante o Império, temos um momento de alta mobilidade dos professores de níveis primário e secundário, de modo que eles atuam em diferentes estabelecimentos – por vezes simultaneamente – em um curto espaço de tempo. A oferta do *Curso de Mathematicas*, com duração de dois anos, implica na presença de Teixeira Mendes entre os anos de 1881 e 1883 na Escola Politécnica: o primeiro ano dedicado às formalidades para o início do curso e os dois anos seguintes para ministrá-lo efetivamente. Esse período coincide com a aquisição da nova sede do Liceu Literário Português na rua da Saúde, marcada pela publicação de um livro – uma edição comemorativa lançada por ocasião da inauguração do novo edifício em 1884 – que apresenta o novo programa de estudos e possuía uma seção dedicada aos nomes dos professores vinculados à instituição (*Edição comemorativa da inauguração...*, 1884, p. 201-202).

Partindo dos registros da *Revista de Engenharia*, entre os anos de 1880 e 1883, apresentaremos a seguir as transcrições em que podem ser vistos os nomes dos bacharéis que aparecem ligados à Escola Politécnica e possuem seu nome nos registros de 1884 do Liceu Literário Português:

Ministerio do Imperio. – Por decreto de 19 de Junho foram nomeados: [...] do curso de engenharia civil da Escola Polytechnica; e o bacharel André Gustavo Paulo de Frontin, para o de lente substituto da 1ª secção do mesmo curso (Revista de Engenharia, 1880 – nº 003).

Escola Polythecnica. – Foram nomeados [...] do curso de engenharia civil desta escola [...] e lente substituto da 2ª secção do mesmo curso o bacharel José Agostinho dos Reis (Revista de Engenharia, 1880 – nº 012).

Em virtude do decreto n. 9,015 de 15 do mez último, que vedou aos funcionarios dependentes do ministerio da agricultura o exercicio simultaneo de cargos dependentes de diversa autoridade, o Sr. Engenheiro Alcino José Chevantes declarou optar pelo cargo de ajudante do engenheiro fiscal da Rio de Janeiro City Improvements Company, renunciando o de professor interino de desenho na Escola Polythecnica (Revista de Engenharia, 1883 – nº 001).

Escola Polythecnica. – A congregação d’esta escola conferiu o grau de bacharel em ciencias physicas e mathematicas aos engenheiros Francisco Bhering [...] (Revista de Engenharia, 1880 – nº 125, 126, 127,128).

Temos notícia de quatro nomes que se encontravam associados à Escola Politécnica no mesmo período da década de 1880 em que o “Curso de Mathematicas” era ofertado por Teixeira Mendes: três na situação de professor – Paulo de Frontin, José Agostinho dos Reis e Alcino José Chavantes – e o quarto na situação de aluno – Francisco Bhering. É importante ressaltar que Francisco Bhering foi um dos fundadores e signatários do “Centro Beneficente e Propagador da Instrução”, em 1885 (*Diário de Notícias do Rio de Janeiro*, 1885 – nº 023; nº 031). É possível admitir, através das notícias encontradas, que esses quatro bacharéis tiveram contato com a doutrina positiva de Teixeira Mendes por intermédio do curso ofertado e a carregaram para o Liceu Literário Português, ainda que indiretamente, ao se tornarem professores da instituição. O argumento de se tratar de uma apropriação indireta é pautado no fato de que esses homens compartilharam o mesmo espaço de ensino que Teixeira Mendes ocupou na Escola Polytechnica, seja na situação de professores, seja na situação de aluno.

Resta-nos comentar sobre o curso público de “Exposição Elementar do Positivismo”, ofertado em 1882. Durante cerca de três meses, Teixeira Mendes se encontrou diretamente ligado ao Liceu Português, ministrando aulas semanais na sede da instituição. O que atribui sentido a esse dado é o fato de que, em 1883, com a aquisição de um novo edifício, a diretoria do Liceu organiza a *Edição comemorativa da inauguração do novo edifício na praça Vinte e oito de setembro*, publicada no ano seguinte, que consta:

[...] data desse dia, por certo o mais faustoso de quantos ha vivido, e terminará n’aquelle em que, para completar os desejos da actual directoria, outros batalhadores – de

espírito grandemente humanitário, vontades possantes e inquebráveis, homens generosos e de acendrada fé – tomem a si realizar a ultima parte do seu programma: O ENSINO PROFISSIONAL (Edição comemorativa da inauguração do novo edificio..., 1884, p. 29-30).

Na edição de 1884 é revelado que, com o novo edificio, o Liceu passou a atuar como estabelecimento de ensino autônomo, alterando, então, aquilo que batizamos como seu binômio de “Instrução e Caridade” para “Instrução e Trabalho”, como novos princípios político-pedagógicos. Na verdade, é preciso substituir o termo instrução por educação, pois enquanto o primeiro defendia uma formação mais técnica ou aplicada, o segundo parece abarcar um sentido de formação mais ampla, nos termos de um processo de aprendizagem e desenvolvimento humano. Seguindo as tradições portuguesas de diferenciar instrução de educação, conforme exposto por Alexandre Herculano, em 1836, na revista *O Panorama* (cf. PAIXÃO, 2017b, p. 111), Teixeira Mendes sai em defesa da educação e trabalho como um novo *pathos social*.

Seguindo assim a ordem cronológica inversa, temos o Liceu já reformulado em 1884, a aquisição do novo prédio em 1883 e o curso de “Exposição Elementar do Positivismo” em 1882 - o que nos indica que, enquanto Teixeira Mendes encontrava-se no Liceu, o mesmo já estava em fase de reorganização interna, levando ao apontamento de que o positivista brasileiro se fez presente junto à diretoria residente entre anos de 1882 e 1883. Possuímos assim um panorama satisfatório, em que a diretoria residente consentia com a doutrina positivista de Teixeira Mendes – deixando-o ministrar um curso – e partilhava de uma ou mais ideias em comum, de forma que os registros dessa relação se fazem presentes até o século seguinte, como sugere o impresso *Meio século de trabalho e devoção pelo Brasil – Relato de 4-6-1941*.

Referente ao emigrante português Reinaldo Carlos Montóro, outrora secretário do Gabinete Português de Leitura (PAIXÃO, 2017b, p. 317), precisamos conhecê-lo já em parceria com Teixeira Mendes, no início de 1880. Segundo a *Revista Illustrada*, em sua 198ª edição, alguns discípulos brasileiros de Augusto Conte pretendem elaborar uma celebração para o terceiro centenário de Camões:

Apezar das dissidencias, ou talvez um pouco pelas dissidencias, parece que nem Lisboa renderá mais homenagens a Camões, no seu terceiro centenário, do que o Rio de Janeiro. O Gabinete portuguez addiciona cada dia mais um detalhe ao seu vastissimo programma de festejos [...] Entre as homenagens puramente literárias, figura uma

rica edição elzeviriana de algumas poesias lyricas do poeta immortal que, convém ainda estudar e conhecer sob essa phase. É um mimo de impressão, editado pelos Srs. Teixeira Mendes, José do Patrocínio, Teixeira de Sousa e outros brasileiros: um bello volume, original em que nenhum nome se embarca para a celebridade na gloria do grande épico: não tem nem notas, nem prologo (Revista Illustrada, ano 1880 – nº 207).

A celebração do terceiro centenário de Camões uniu o Gabinete Português e membros do Centro Positivista em um esforço conjunto para editar uma impressão comemorativa para o tricentenário de morte do poeta português. O resultado foi uma nova impressão da obra *Os Lusíadas*, referenciada como produção do Gabinete Português, tendo Reinaldo Carlos Montóro como redator do opúsculo *Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837*, presente no apêndice da edição (MONTÓRO, in: CAMÕES, 1880).

A partir desse dado, acrescido do “Discurso acerca do futuro da civilização no Brasil e em Portugal” (*Diario de São Paulo*, 28 de setembro de 1872. – s/nº), proferido no Liceu Literário Português em 1871 também por Carlos Montóro, queremos problematizar sua influência sobre a instituição portuguesa de ensino. Somando sua participação na edição do tricentenário de Camões a outras obras encontradas – *O Centenário de Camões no Brasil: Portugal em 1580, o Brasil em 1880, estudos comparativos*, de Reinaldo Montóro; e *Ordem e Progresso*, de Teixeira Mendes, elaborado em 1880 e impresso em 1881 – identificamos o esforço conjunto dos dois autores em dotar o Liceu com ideais heroicos e patrióticos, sendo a personalidade singular eleita a figura de Camões. Ambos os livros trazem a figura do poeta português como um ícone, atribuindo a ele o status de exemplo a uma “nação”, um “povo” em processo de formação.

Tais emblemas, é possível identificá-los estampados, em 1884, na nova sede da escola. Numa das paredes do Liceu, encontramos a seguinte inscrição:

À direita lia-se:

‘Tempo cedo virá, que outras victorias

Estas, que agora olhaes, abaterão’

Camões.

(Edição comemorativa da inauguração do novo edificio..., 1884, p. 44).

Os versos provêm do Canto Sétimo d'*Os Lusíadas* que, na íntegra, retrata as profecias do sábio Catual a Vasco da Gama.¹⁰ Camões coloca em evidência uma imagem heroica lusitana na construção de valores portugueses nesse canto, o qual ressoa com outros versos encontrados sob a escada principal. Ao sair da sala de inglês e francês, temos outros versos do poeta português e assim por toda a extensão do prédio, afinal, Camões é simbolizado no Liceu como exemplo da imagem do personagem heroico e pedagógico que todos devem seguir.

A construção da imagem do herói português remete à questão do uso da linguagem como uma atividade social que é constituinte da cultura. A representação elaborada em torno de Camões atribui ao autor português o mesmo valor hierárquico de um sacerdote de centro positivista, reafirmando-o enquanto um símbolo da cultura portuguesa em território brasileiro. Desse modo, a imagem do poeta português surge, pela reedição de suas obras, como um exemplo para a doutrina portuguesa positivista que deveria ser avivada em território brasileiro através do ensino e uso da língua vernácula, ao mesmo tempo em que o Liceu Português passa a formar uma comunidade portuguesa popular de leitores dessas obras, produzidas e elaboradas por sujeitos que fazem parte da trajetória da instituição. A imagem de Camões e sua literatura foram utilizadas como um elemento constitutivo da comunidade portuguesa em processo de formação na segunda metade do século XIX. E podemos aventar a hipótese de que a representatividade da “Humanidade” comtiana é transpassada para a construção de Camões enquanto ídolo.

Existe uma hipótese de que os princípios de uma educação e um trabalho voltados para o povo seriam fatores centrais no debate acerca do Liceu, conforme lemos em pesquisas anteriores. Ali, Reinaldo Montóro era tomado como foco do estudo e associado ao romance francês e ao positivismo de Portugal, que o influenciou a despende esforços na construção de um estabelecimento de ensino para a formação de um público leitor (PAIXÃO, 2017b, p. 104). Contudo, coube-nos agora aproximar essa personalidade ao positivista brasileiro Teixeira Mendes, tentando mostrar a centralidade da literatura portuguesa, com destaque para Luís de Camões, como

10. Os Portugueses vendo estas memórias, / Dizia o Catual ao Capitão: / “Tempo cedo virá que outras vitórias / Estas, que agora olhais, abaterão; / Aqui se escreverão novas histórias / Por gentes estrangeiras que virão; / Que os nossos sábios magos o alcançaram / Quando o tempo futuro especularam. / E diz-lhe mais a mágica ciência / Que, para se evitar força tamanha, / Não valerá dos homens resistência, / Que contra o Céu não val da gente manha; / Mas também diz que a bélica excelência, / Nas armas e na paz, da gente estranha / Será tal, que será no mundo ouvido / O vencedor, por glória do vencido.” (Canto sétimo).

um ídolo da nova humanidade brasileira, que deveria ser educada e trabalhadora graças aos princípios de ordem e progresso a serem ensinados a partir do currículo do Liceu. Merece destaque ainda o fato de estarmos tratando de frações da sociedade advindas dos estratos baixos e médios e não das elites, como se convencionou pensar quando o assunto é educação e positivismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1868, o Liceu nasce na situação de “ramo do Gabinete Português de Leitura” e, portanto, partilha da noção de caridade debatida pelo Gabinete e presente nos valores da instituição. O sentido dado à noção de Instrução era pertinente, pois o objetivo da organização do Liceu era formar a comunidade iletrada para frequentar o Gabinete, ou seja, esperava-se uma transmissão de saberes específicos – principalmente de leitura – para formar leitores (PAIXÃO, 2017b, p. 131). Em 1869 se tem notícia, além do ensino primário, da oferta de aulas de português, taquigrafia e comércio, e das aulas de línguas de francês e inglês no Liceu Português. Quanto ao conjunto de aulas apresentado, é visível a preocupação em fornecer conteúdos que façam sentido no contexto em que o Liceu está inserido, de modo que se encontra o ensino de português permeando o estudo da leitura corrente, recitação de prosa e verso e gramática elementar (MOACYR, 1936, p. 314). É elaborado assim um programa de ensino condizente com o objetivo de instruir uma comunidade advinda das camadas baixas e de torná-la letrada.

Já em 1884, após adquirir o título de instituição de ensino autônoma, e também após a doutrina de Teixeira Mendes adentrar o espaço do Liceu – fosse por meio do próprio, fosse pelos professores que conviveram com ele na Escola Polytechnica –, encontramos um Liceu voltado à formação completa do indivíduo, preocupado não apenas com o ensino da língua vernácula, mas com um conjunto de saberes e valores morais que o orientaria para o trabalho e a vida em sociedade, como contido no binômio “Educação e Trabalho”. Tal binômio relaciona-se com o mote “Ordem e Progresso” diretamente, e indiretamente remete à fórmula do positivismo elaborada por Comte. Os elementos binômios estabelecem uma correlação simultânea, em que Educação encontra seu par em Ordem, assim como Trabalho alinha-se à noção de Progresso. Tal movimento se torna explícito quando nos debruçamos sobre diversos trechos da edição comemorativa, como por exemplo:

O ensino nesta aula tem por fim oferecer aos operarios, que se ocupam com a construção de edificios, os conhecimentos technicos e praticos necessarios, para projectar uma casa de proporções communs, segundo as regaras da hygiene, da solidez, da esthetica e da economia. É natural que a tarefa do Lycêo não seja formar architectos, como nem artistas pintores ou estatuarios. O que pretendemos é ajudar o pedreiro, o carpinteiro ou qualquer outro artesão, no seu officio, e mostrar-lhe o caminho da sciencia e da arte, desenvolver-lhe o gosto pelo bello, afim de que possa chegar a elevar-se acima do nível commum e da rotina (Edição comemorativa da inauguração do novo edificio... 1884, s/p.).

No recorte apresentado, referente ao curso de Arquitetura, encara-se a nova realidade do Liceu Português, preocupado em instruir “operários” – não arquitetos – para o trabalho, ou seja, formar indivíduos da comunidade portuguesa para a realização de um dado ofício, de forma que todo planejamento de estudos da década de 1880 está permeado pelo binômio “Educação e Trabalho”, aqui relacionado a “Ordem e Progresso”. Lê-se também “mostrar-lhes o caminho da sciencia”, remetendo ao cientificismo proposto pelo positivismo como fundamental na formação e emancipação de trabalhadores, como exposto anteriormente. No par Educação e Ordem, o primeiro elemento pretende desenvolver as faculdades morais e intellectuais do indivíduo ao passo que a Ordem se preocupa em manter as estruturas e mecanismos que atuam para isso. Já na segunda dupla, Trabalho e Progresso, temos Trabalho representando o resultado da Educação na inserção do indivíduo em seu meio social e o Progresso como consequência direta da Ordem em conferir uma base social consistente para o indivíduo. Segundo o apresentado, é possível inferir que o Liceu, ainda que não se tratasse de uma instituição presente diretamente na política imperial, partilhava da doutrina positivista de Amor, Ordem e Progresso que culminou no lema “Ordem e Progresso”, de Teixeira Mendes, em 1889, e que, como exposto, influenciou na formulação de “Educação e Trabalho” como valores preconizados pelo Liceu Literário Português.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC, 2. ed., 2000.
- ARANHA, P. *Leituras populares, instructivas e moraes colligidas para as escolas*. Lisboa: Rolland e Semiond, 1871.
- BORGES, Abilio. *Quarto livro de leitura, para uso das escolas brasileiras (com gravuras)*. Rio de Janeiro: F. Alvez. 1890.
- CAMÕES, L. *Os Lusíadas*. Lisboa: Officina de Castro Irmão, 1880.

- COMTE, A. *Catecismo positivista*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Haidar, M. *O Ensino Secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
- MENDES, R. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Culto Positivista no Brazil, 1881.
- MOACYR, P. *A Instrução e o Império (Subsídios para História da Educação no Brasil) 1854 – 1888*. v. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- NASCIMENTO E SILVA, A. *Grammatica portuguesa elementar*. Rio de Janeiro: J.A.F Villas Boas & C, 1888.
- MALANDRIN, H. 2018. *Estudo acerca da construção sócio-histórica do currículo do Liceu Literário Português*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2018.
- SIMMEL, G. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- PAIXÃO, A. H. Sob a “penúria cultural” e outros elementos constitutivos da cultura literária transatlântica no Brasil oitocentista. In: Mariana Chaguri; Mário Medeiros (Org). *Rumos do Sul: periferia e pensamento social*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 183-200.
- PAIXÃO, A. H. A educação popular no Rio de Janeiro oitocentista: o caso do Liceu Literário Português (1860-1880). In: Giselle Martins Venancio; Maria Verónica Secreto; Gladys Sabina Ribereiro. (Org.). *Cartografias da Cidade (In)Visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017a. p. 01-262.
- PAIXÃO, A. H. *Leitores de Tinta e Papel: elementos constitutivos para o estudo do público literário no século XIX*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2017b.
- PAIXÃO, A. H. O gosto literário pelos romances no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. In: Márcia Abreu. (Org.). *Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 01-440.

FONTES

- Edição comemorativa da inauguração do novo edifício na praça Vinte e oito de setembro - Inauguração do Edifício do Liceu Literário Português na Praça Vinte e Sete de Setembro, 1884.*
- Meio século de trabalho e devoção pelo Brasil*. [S.I : s.n.]
- A Patria*
- Diário de São Paulo*
- Gazeta de Notícias*
- Gazeta da Tarde*
- Revista de Engenharia*
- Revista Illustrada*

SOBRE OS AUTORES

Alexandro Henrique Paixão é professor de sociologia na Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP e coordenador do Laboratório de Estudos de Cultura, História, Educação e Sociologia (LECHES) e do projeto FAPESP sobre Raymond Williams e educação de adultos.

E-mail: ahpaixao@g.unicamp.br.

Hiago Vaccaro Malandrin é graduado em Pedagogia (Universidade Estadual de Campinas), mestrando em Educação (Universidade Estadual de Campinas). Tem experiência na área de pensamento social e educação, com pesquisa nos seguintes temas: pensamento social ocidental, sociologia e história da cultura, conceito de natureza e cultura, circulação transatlântica de ideias.

E-mail: hiago.malandrin@gmail.com.

Recebido em 30 de dezembro de 2018 e aprovado em 11 de fevereiro de 2019.